

Pierre Salama

Professor associado de universidades, economista, Universidade de Paris 13

Resumo

Os temas de pesquisa de Pierre SALAMA estão centrados no desenvolvimento das economias semi-industrializadas. A abordagem é comparativa. P. Salama estudou, de um ponto de vista teórico, o Estado na América Latina, procurando explicar suas particularidades. Ele também trabalhou sobre a economia da droga nas economias emergentes e sobre as causas da violência na América Latina. Enfim, seus trabalhos estudam os efeitos da expansão das finanças sobre o crescimento, a distribuição de rendimentos e a pobreza, a partir de uma análise comparativa não apenas entre economias latino-americanas, mas principalmente entre estas e as principais economias asiáticas. Seu último trabalho foi *Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique latine/Asie* (2007).

Palavras chave: pobreza, riqueza, desigualdade, tendência à estagnação econômica, droga, violência.

Life history of a researcher in economics

Pierre SALAMA's research field is focused on the development of semi-industrialised economies, using a comparative approach. The author has studied the State in Latin America from a theoretical point of view so as to try to explain its particularities, then he worked on the one hand on the impact of the financial boom on growth, income distribution, and poverty using comparative analysis, non only between Latin American economies, but especially between these and major Asian economies, and on the other on illegal drugs in emerging economies and the causes of violence in Latin America. His more recent book is *Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique latine/Asie* (2007).

Key words: poverty, wealth, inequalities, trend towards economic stagnation, drugs, violence.

Percurso de vida de um pesquisador em economia

Tive a oportunidade, uma oportunidade extraordinária, de viver um momento excepcional, aquele das lutas antiimperialistas contra as guerras da Argélia e do Vietnã. Nascido no Egito, em uma família que logo se dispersou pelo mundo, com tias que emigraram para a América Latina, um dos lugares onde parecia renascer a esperança de mudar o mundo e os homens, sempre fui muito sensibilizado por essas lutas.

A segunda oportunidade é ter tido um mestre pensador: Celso Furtado. Ele foi meu professor durante dois anos. Eu fui seu assistente durante um ano. Celso foi muito grande, alguém que me influenciou profundamente. Ele morreu há pouco e tenho que lhe fazer uma homenagem. Na França, dos anos 1960, os professores de economia «especializados» no desenvolvimento tinham pouco conhecimento sobre o que se passava, ou tinha passado, na Ásia, no Egito, na Índia e menos ainda na América Latina. A chegada de Celso Furtado à França, no mínimo, os incomodou em suas certezas e exerceu uma espécie de efeito espelho sobre suas incompetências. Celso Furtado, ministro brasileiro expulso de seu país pelo golpe de Estado, formado em Cambridge, defendia um discurso diferente em 1966, um discurso que permitia reflexão. Essa segunda oportunidade me conduziu ao desenvolvimento. Eu tive também a oportunidade de estabelecer relações com homens e mulheres aqui, na França, lugar de seus exílios, de discutir com eles; eram pessoas que pensavam o desenvolvimento de maneira totalmente diferente daquela que predominava na França. Elas não pensavam simplesmente com "as armas na mão", mas também com suas cabeças. Foi essa mistura, de recusa à ignorância com o conhecimento do adversário, que fornecia um clarão muito lúcido, sábio e militante. Eu trabalhei na preparação dos debates. Eu fazia conferências no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES), conferências que muito interessavam aos estudantes latino-americanos, não apenas brasileiros, e refugiados políticos.

Esse período de conhecimento de C. Furtado e o mundo de refugiados políticos foi para mim muito importante, me formou profundamente, mas não foi isso que me fez descobrir a política... Adolescente, eu tinha começado a fazer política (entre os jovens comunistas há pouco tempo, contra a chegada de De Gaulle em 1958), em seguida eu continuei como jovem estudante (no seio da União de Estudantes Comunistas até o fim da guerra da Argélia, depois lutei pelo sindicalismo na Faculdade de Direito, o que não foi fácil em um contexto de herdeiros da OAS¹). O que era impressionante, e continua a me impressionar, é que, na « novela » de 1968, enquanto militante da Liga², eu tinha a

¹ Organização do Exército Secreto.

² Liga Comunista Revolucionária (LCR), organização trotskista da IV^o Internacional.

energia necessária para fazer política de maneira intensiva e, ao mesmo tempo, conduzir um trabalho teórico de maneira profissional.

I. *Primeiros passos*

1 *Primeiras oportunidades*

É também uma oportunidade o fato de ter sido um dos primeiros na França a trabalhar sobre as teorias marxistas e cambridgianas. Karl Marx e Joan Robinson (1966) eram dois autores pouco lidos na época. É preciso compreender que no início dos anos 1970 muitos eram os que conheciam Marx por intermédio dos trabalhos de Althusser e não a partir da leitura de *O Capital*, o que não era meu caso. Portanto, Marx somado a Cambridge e a Furtado, mais o conhecimento factual que eu tinha da América Latina, tanto por minhas leituras como por minhas discussões com os refugiados latino-americanos, em resumo esta « mistura », me permitiu avançar muito rapidamente. Isso me levou diretamente ao que me parecia mais interessante, e assim pude compreender o que eram os movimentos sociais, sua importância e seu papel que os economistas esqueciam muitas vezes, ou seja, ter um prumo e ir diretamente ao objetivo, evitando os mil e um contornos como bem conhecia em geral todo pesquisador em suas investigações. Foi assim que pude defender – em 1971, uma tese sobre o desenvolvimento, que continua a ser, esse é o meu sentimento, uma obra maior, imediatamente traduzida em italiano, espanhol e português e mais tarde em outras línguas. Esta tese alcançou grande êxito na França e na América Latina, me tornando conhecido como pesquisador. Como eu nunca tinha estado na América Latina, então muitos pesquisadores me perguntavam como eu pude escrever aquele trabalho, e eu simplesmente respondia que isso foi possível graças ao que eu aprendia com os latino-americanos (exilados como C. Furtado) e ao que o contexto global da época, além de minha sensibilidade de militante, permitiam compreender a respeito dos movimentos sociais na América Latina, sem os quais me parecia difícil apreender os mecanismos econômicos, tal como continuo pensando. A política, mais exatamente a percepção política da América Latina, foi uma oportunidade, uma oportunidade que não tiveram hoje muitos pesquisadores com a relativização das utopias mobilizadoras.

Eu também me beneficieei do fato de não ser latino-americano e de poder fixar um olhar a partir do exterior. Quando você discutia com um brasileiro, na época, o subdesenvolvimento era visto, percebido através das lentes brasileiras e depois, quando você cavasse mais um pouco, você se aperceberia que as referências eram as de um Estado do Brasil, e – exageremos um pouco –, quando você cavasse ainda um pouco mais, você se aperceberia que suas referências eram mais precisamente aquelas de sua cidade de origem. Isso me permitiu compreender aquilo que se chamava na época « a técnica do funil » (começa-se pelo todo, para depois se restringir cada vez mais, mas esse todo é de fato a representação-generalização do ponto mais estreito do funil). Os latino-americanos eram em

geral muito ignorantes do que se passava em outros países que não os seus. Isso que falo sobre os brasileiros, também é válido para os mexicanos, para quem a América Latina era o México, ou mesmo a cidade do México. Eu quero dizer com isso que, na época, os latino-americanos não se conheciam entre eles mesmos, eles não conheciam suas próprias experiências. Eu conhecia os problemas de seus países menos que eles, mas eu conhecia mais ou menos as trajetórias econômicas, sociais e políticas de vários países e podia assim procurar entender aquilo que tinham em comum e aquilo que os diferenciavam. Isso naturalmente oferecia um esclarecimento diferente e permitia compreender vários aspectos que eles mesmos não conseguiam entender. É isso que pode explicar *grosso modo* o sucesso de meu livro e das conferências que eu apresentava no IEDES. As experiências comparadas, tanto no que concerne à substituição de importações, o populismo, os limites da acumulação, a chegada das ditaduras militar-policiais esclareciam certos aspectos particulares de suas próprias experiências e dava sentido a elas. É dessa forma que aprendi a força da análise comparativa, a qual continuei a aplicar. «Comparação não é razão», sem dúvida, mas a comparação dá lugar à imaginação dos pesquisadores. Talvez seja essa uma das coisas mais importantes que aprendi durante uma época tão densa.

Bem no início dos anos 1970, Jean Luc Dallemagne, Jacques Valier e eu mesmo propomos a François Maspéro a publicação de uma revista. Nós estávamos, a título de anedota, em um porto bretão; bebíamos, comíamos sardinhas e nos colocávamos a questão de publicar nossas teses, fundar uma nova revista, um pouco como provocação, convencidos que tínhamos «coisas a dizer», maneiras de pensar que gerariam inquietações. Nós procuramos F. Maspéro, e ele, muito calmo, segurava um elástico entre os dedos com o qual ele brincava. Nós não chegamos a discutir o que íamos lhe dizer. Então nós simplesmente lhe dissemos que queríamos publicar uma revista e F. Maspéro respondeu sim, de acordo, vamos produzir o primeiro número. E o primeiro número de *Critique de l'Economie politique*, sobre inflação, foi de imediato um sucesso. Foram feitas duas tiragens, o equivalente a 7.500 exemplares e, em seguida, foi republicada na Petite Collection Maspéro com tiragem de 10.000 exemplares. Os primeiros números retomavam os temas desenvolvidos em nossas respectivas teses. Esta revista, nós a queríamos independente e, ao mesmo tempo, vinculada à Liga, o que foi provavelmente um erro. No início, ela foi um grande sucesso, pois as pessoas tinham sede de conhecimento, o contexto político ajudava, e as revistas tradicionais não respondiam a essas expectativas. Era um tipo de revista que hoje não venderia 200 ou 300 exemplares, além das assinaturas, mas que na época vendia 5.000 exemplares. Houve mesmo números que se esgotaram e foram reeditados em livro de bolso. Nesse contexto, publicamos, J. Valier e eu, uma *Introduction à l'économie politique* que vendeu 70.000 exemplares em francês (1973), 40.000 exemplares em espanhol e foi traduzida em onze línguas no espaço de alguns anos. As pessoas procuravam então compreender o que se passava «à direita e à esquerda». Esse foi mais ou menos o contexto da época, que trazia uma oportunidade para mim e para outras pessoas de minha geração. Isso nos forneceu uma abordagem diferente da economia.

2 *O aprendizado da pluridisciplinaridade*

No início de meus estudos, eu seguia um curso de preparação para os concursos das escolas de engenharia, mas estava de fato atraído pela economia, porque esta era, para mim, a maneira de entender a política. Eu logo «deixei» as matemáticas para me reencontrar em economia e ler filosofia. As pessoas de minha geração podiam discutir com sociólogos e antropólogos, se enriquecer com suas pesquisas e suas contribuições, ao tempo em que os ajudavam. As abordagens eram pluridisciplinares. Entretanto, essas abordagens são muito difíceis de serem praticadas, é preciso ter o domínio das disciplinas, senão se cai na mediocridade. Uma das razões que diminui a importância da pluridisciplinaridade hoje, e mesmo sua rejeição, é que muitas vezes ela permite o nascimento da mediocridade. Um pesquisador que não domina nem a economia, nem a sociologia, nem a antropologia produz muitas vezes qualquer coisa muito medíocre. Para cada dez trabalhos pluridisciplinares, oito é de qualidade medíocre, porque as pessoas não dominam suas próprias disciplinas. A pluridisciplinaridade é essencial, mas muito difícil de ser praticada.

Esses foram meus primeiros passos. Em seguida, eu parei a militância no sentido estrito do termo e passei a investir a fundo na América Latina. Era o início dos anos 1980. Eu viajava cada vez mais para a América Latina: ao Brasil, ao México, à Argentina e, às vezes, para a Colômbia. Comecei a participar de pesquisas de campo. Sentia cada vez mais a necessidade de estar no campo com geógrafos e sociólogos. O fato de conhecer pessoas no campo, de ter participado de pesquisas com elas, muitas vezes em equipe, é que me permitiu entender em profundidade aquilo que eu via. Eu me alimentava de seus trabalhos, em certa medida, eles me davam idéias; eu via as coisas que não poderiam ser vistas sem suas explicações. Isso me permitia compreender os problemas que eu mesmo levantava em seguida de um ponto de vista macroeconômico e global. Eu sempre me mantive como macroeconomista, mas, para entender a macro, eu tinha necessidade da famosa micro; sem ela, a macroeconomia não tem, para mim particularmente, o menor sentido. É dessa maneira que eu consigo resolver, mesmo com muitas dificuldades, aquilo que os economistas chamam muitas vezes do «*no bridge*». Eu não resolvo esse problema cientificamente, pois ele passa por uma análise da lógica interna das teorias, eu o resolvo na prática a partir de intuições que essas abordagens de campo podem me dar, em contato essencialmente com geógrafos e sociólogos.

3 *Interlúdio africano*

Eu descobri a África com o Gabão, onde eu fui enviado após minha nomeação como professor de universidades. No Gabão, eu me encontrava em outro mundo. Tinha alguns amigos que me indicaram alguns bons autores a serem lidos, mas eu estava em outro mundo, era outra coisa, era muito diferente. Eu conhecia o subdesenvolvimento industrializado e estava na presença daquilo que se chama de antigo modelo de inserção na economia mundial, fundado na promoção das exportações, isto

é, a exportação de produtos primários. Muito pouco populoso, o Gabão era e continua sendo um caso típico: mais rico em matérias-primas que a maior parte dos países africanos, ele exportava petróleo, madeira e manganês.

Minha instalação no Gabão não foi fácil. Com efeito, depois ter passado no concurso para associado e após minha nomeação, eu fui investigado pelos serviços policiais franceses, resultando em uma interdição de estar no Gabão, provavelmente por causa de minha atividade política em favor dos latino-americanos. Os sindicatos do ministério da Cooperação, pensando que minha ida ao Gabão era voluntária, se ocuparam do "assunto", se mobilizaram contra esta decisão escandalosa. Como estávamos na véspera das eleições nacionais, fim de 1977, e pensávamos que a esquerda ganharia, o ministério recuou, e assinou um novo decreto, quando fui novamente nomeado para servir em Libreville. Eu não fui bem recebido na Universidade, tanto da parte de alguns franceses, que aparentemente receavam por suas situações, como da parte de alguns gaboneses que já tinham passado pelas prisões de Omar Bongo e temiam que minha presença lhes ocasionasse problemas, logo preferiam não freqüentar minha casa. Fugindo dessa atmosfera e sem nenhum interesse em passar os dias em Libreville, eu freqüentemente ia para as savanas com alguns expatriados, na maior parte «marginais», o que era bem mais interessante do que ficar na capital. Tive de fazer um esforço gigantesco em antropologia para entender como funcionava essa sociedade. Diziam-me que o Gabão não era África. Não era fácil compreender o que se passava naquele país, a diferença com os países latino-americanos era muito grande. Apesar de ter «meu Georges Balandier» no bolso, eu tinha muitas dificuldades para compreender os profundos mecanismos de funcionamento dessas sociedades. Na América Latina, sabendo o português e o espanhol, eu podia entender o «ruído da rua» e traduzi-lo em termos econômicos e sociais, mas isso era quase impossível no Gabão. Entendi então que eu «não fora feito para a África» e retornei para minha América Latina, em um outro Terceiro Mundo.

«Meu» Terceiro Mundo era muito diferente da África, mas, mesmo assim, essa foi uma experiência extremamente rica. Entretanto, para partir sem perder meu posto, era preciso que eu fosse reformado e repatriado pelos militares franceses. Fui vê-los. Queixei-me de mil e um males, e ao mesmo tempo me dizia que após um ano meus registros seriam suficientemente densos para que eles me reformassem. Após vinte minutos, eles propuseram me repatriar por síndrome de inaptidão ao meio, em outras palavras, por loucura. Isso satisfazia a todo mundo: eles que não podiam dizer para eu ficar, eu que retornaria à França para minha Universidade em Lille. Mas uma decisão como essa poderia se tornar perigosa e levar a um impedimento de lecionar. Quando de meu retorno à França, obtive então de amigos psicanalistas um certificado onde constava que eu tinha uma síndrome de inaptidão ao meio... gabonês, que me permitiu ensinar em Lille.

4 Retorno aos meus lugares de predileção

Ir de Paris a Lille cada semana, ser um parisiense em Lille, era também descobrir a província. E viajar para a América Latina sob o sol e a luminosidade brasileiros, depois me reencontrar na manhã

do dia seguinte com a leve chuva do Norte produzia em mim estranhas defasagens, isso era uma fonte de perplexidades. Ver a miséria, a verdadeira miséria, marcada por favelas e crianças procurando sua condição de vida nas imundices do lixo e me reencontrar com colegas que se mobilizavam em torno de pequenas coisas, ignorantes e sobretudo indiferentes ao que se passavam em seu entorno, me surpreendia. Percebi o quanto certas pessoas podiam ter um espírito estreito e o quanto suas imaginações não iam além de 50 km de Lille. Eu jamais pude me integrar em Lille, os únicos amigos que pude fazer foram os «turbo profs» como eu mesmo e alguns militantes da Liga, exilados em Lille, na casa dos quais pude me alojar. Mesmo assim, os contatos com os estudantes, tanto os de Lille como os estrangeiros, e as lutas que eles conduziam me enriqueceram muito.

Eu parti de Lille para Amiens, mais próxima de Paris. Nesse momento, assumi a Direção da UFR e montei um DEA³ sobre o desenvolvimento, logo em seguida, dois ou três anos mais tarde, fui nomeado para Paris, mas exatamente Paris 13, universidade que eu reencontrava com prazer. Com efeito, eu tinha ensinado nessa universidade em turmas de primeiro ano durante quatro anos antes de fazer o concurso de associado. Paris 13, situada em pleno meio das periferias consideradas como difíceis, era uma universidade conhecida por suas mobilizações.

II. A Pesquisa : ambigüidades nas expressões utilizadas e novas dificuldades

1 As palavras e seus sentidos...

Adiantarei antes algumas palavras sobre o desenvolvimento de precisar os temas de pesquisa e principalmente os problemas que nos confrontamos enquanto pesquisadores «engajados». Os termos «desenvolvimento», «subdesenvolvimento» e «em vias de desenvolvimento» possuem fortes conotações. Eu participei de numerosos debates com estudantes e pesquisadores latino-americanos que não aceitavam que seus países fossem qualificados de «subdesenvolvidos», porque esses termos tinham um sentido pejorativo, logo preferiam utilizar expressões mais neutras como «economias semi-industrializadas» ou mesmo «economias emergentes». Para mim, a expressão «subdesenvolvido» não é pejorativa, mas se ela é sentida como tal, pode-se utilizar metáforas como «emergente», «novo país industrial» ou «semi-industrializado». Essas expressões são politicamente mais corretas talvez, mas que não permitem também facilmente enfatizar que se trata de um «outro» desenvolvimento e insistir assim nos seus aspectos qualitativos. Não é o fato de eles terem sido ou não colonizados que confere a essas economias este aspecto qualitativo. Decorrente da difusão das relações mercantis, feita em um espaço de tempo muito curto e muitas vezes imposta do exterior, essas economias adquiriram aspectos qualitativos particulares. Isso se traduz, por exemplo, por aquilo que Gilberto Matias qualificava de

³ Uma Unité de Formation et de Recherche (Unidade de Formação e de Pesquisa) seria aproximadamente um Departamento das universidades brasileiras. O Diplôme d'Etudes Approfondies (Diploma de Estudos Aprofundados) é um certificado oferecido aos concluintes do primeiro ano de pós-graduação na França, que corresponde ao primeiro ano do Doutorado.

assalariamento incompleto. O assalariamento é, com efeito, ao mesmo tempo uma relação de valor, pois permite a reprodução do trabalhador e sua família, e uma relação de favor. Esses dois aspectos coexistem nos países desenvolvidos, mas, nos países subdesenvolvidos, o aspecto «favor» é muito mais importante e isso resulta muitas vezes em empregos informais em número considerável e em formas de dominação onde prevalece a combinação autoritarismo-paternalismo. As modalidades de expansão das relações mercantis são diferentes de país a país. Mas é verdade que, pela difusão extremamente rápida das relações mercantis, as formas de submissão do trabalho adquirem especificidades que traduzem a desestruturação-adaptação de antigos modos de gestão do trabalho.

2 O desenvolvimento das economias semi-industrializadas : paradoxos associados ao tema

No que concerne aos meus temas de pesquisa, centrados no desenvolvimento das economias semi-industrializadas, eu gostaria de realçar dois pontos antes de entrar nos detalhes: o primeiro é o interesse pelo tema e pela evolução na maneira de o abordar, diferente hoje, o segundo diz respeito à multiplicação das informações, a sofisticação de seus tratamentos e, como corolário, a pobreza dos raciocínios subjacentes.

a Interesse e indiferença

Este interesse é certo e isso constitui um fato muito positivo; observem o sucesso dos DEES⁴ (hoje chamado de Máster 2) sobre as ONGs junto aos estudantes. Entretanto, diferentemente do que foi no passado, procura-se hoje muito menos entender o sistema em sua globalidade, analisar o subdesenvolvimento e a periferia em relação à expansão de economias do Centro, estudar a intervenção do Estado e compreender sua importância, procurar a especificidade das formações sociais, etc. Isso está provavelmente relacionado a uma desconfiança crescente em relação às utopias mobilizadoras, desconfiança alimentada por inúmeros insucessos, além de permitir que fiquemos mais no «terra a terra».

Hoje o interesse é mais pragmático que ontem: procura-se resolver aquilo que não está bem, aliviar os sofrimentos, logo se procura menos revolucionar o mundo. É esta dimensão de ausência de utopias que eu lamento. Existe um certo interesse pelos sofrimentos e isso é positivo, mas existe também pouca vontade em compreender as origens desses sofrimentos. O exemplo de ajuda ao Terceiro Mundo é significativo. Eu fui marcado pela campanha de donativos para o Terceiro Mundo, que foi desenvolvida a partir de uma iniciativa do Presidente Reagan: de um lado, diminuía-se fortemente os auxílios públicos e, de outro, desenvolvia-se a caridade. Lembrem da canção «*We are the World*». Os Estados Unidos tinham diminuído bastante suas ajudas e, ao mesmo tempo, lançavam

⁴ Diplôme d'Etudes Supérieures Spécialisées (Diploma de Estudos Superiores Especializados) trata-se de um certificado oferecido aos concluintes dos dois primeiros anos de universidade.

uma campanha televisiva no estilo Téléthon⁵, exercendo grande apelo à sensibilidade das pessoas. Os donativos chegavam em grande abundância, mas, apesar da generosidade dos doadores, uma vez pagas as despesas dessa campanha, o montante recolhido foi muito insignificante em relação à amplitude dos cortes orçamentários efetuados nos gastos públicos destinados à ajuda ao desenvolvimento.

Hoje os Estados Unidos oferecem uma ajuda muito pequena. Relativamente ao salário médio por habitante, essa ajuda é ainda muito menor que a da França ou dos países escandinavos, além de se encontrar concentrada em poucos países (na época era no Egito e em Israel). Com exceção dos «auxílios» militares, isso resulta em somas ridículas vindas da parte desses países. Em suma, para ter a consciência tranqüila sem muito gasto, dávamos as mãos ao redor do mundo, cantávamos uma bela canção e, durante esse tempo, longe dos projetores, os efeitos negativos dessa redução se faziam sentir. Assim acontece quando não se procura identificar as causas globais da miséria ou mesmo quando se reduz o horizonte que alimenta sua sensibilidade. Sem dúvida, esse não é o caso para aqueles que vão trabalhar com ONGs, muitas vezes em condições muito difíceis, mas em certa medida essa filosofia de alívio dos sofrimentos individuais e o fato de não procurar compreender aquilo que produz esses sofrimentos, aporta limitações análogas. Existe uma sublime indiferença por parte do cidadão médio e, ao mesmo tempo, um sentimento difuso de culpabilidade, o qual explica esses momentos de generosidade súbita. Existe, portanto, a indiferença e ao mesmo tempo o interesse. Isso é um pouco paradoxal.

b Informação rica e raciocínios pobres

Uma informação mais rica com raciocínios mais pobres: esse é um segundo paradoxo. O enriquecimento aconteceu de fato, graças aos computadores temos capacidades de cálculo absolutamente fantásticas, não apenas em economia, mas também na medicina e na maior parte das disciplinas. O empobrecimento relativo vem do fato de que o progresso não vem, na maior parte das vezes, de nós mesmos, de nossas capacidades em inovar ou de novas maneiras de raciocinar, mas daquelas máquinas cada vez mais eficientes. É como se o enriquecimento freasse um pouco nossas capacidades criativas. Isso é um paradoxo. Ontem, quando queríamos inverter uma matriz, nós o fazíamos na maior parte das vezes à mão, o que era complicado e longo. Os testes econométricos eram relativamente simples, mas demorados para serem executados, também refletíamos muito antes de aplicar um modelo, que devíamos testar em seguida. Refletíamos bastante sobre a metodologia e sobre a fiabilidade dos dados, porque em seguida devíamos passar muito tempo fazendo os cálculos, os computadores estavam longe de ter a potência que oferecem hoje.

Atualmente os computadores são tão poderosos e a miniaturização é tão impressionante, que é possível realizar cálculos que não podíamos imaginar antes, isso naturalmente permite inventar pesados testes em econometria. Novos testes aparecem a cada ano, e muitas vezes os estatísticos não

⁵ Téléthon é uma contração das palavras televisão e maratona. Trata-se de programas de televisão que tem por objetivo arrecadar fundos para obras de caridade (Nota do tradutor).

conseguem acompanhar esse ritmo frenético de inovação. Sobre a análise das crises financeiras, é particularmente impressionante: você pode agrupar muitos países em vários anos; você pode misturar tudo; você pode retirar a Suécia, acrescentar a Noruega; mudar o ano de análise, mudar de teste; etc. Você pode colocar na máquina outras séries, sem ter refletido sobre a maneira pela qual elas foram construídas, ou mesmo sobre suas significâncias. Você aperta em seguida um botão, ele lhe oferece um resultado diferente, que você pode novamente contestar acrescentando esse ou aquele país, modificando o período, as séries, bem como as variáveis, etc. Você pode produzir com isso até 100 artigos, *grosso modo* com o mesmo modelo, testado e aplicado, tanto para a Tanzânia como para o Brasil. Existe hoje uma proliferação desse tipo de análise. Isso é considerado como «ciência»... Existe hoje um enriquecimento da capacidade de tratar os dados e, paralelamente, um empobrecimento da capacidade de interpretá-los. A única questão que se colocam muitos economistas é a de saber se eles têm a possibilidade de tratar ou de mudar o painel. A maior parte dos economistas não raciocina mais sobre o que é um número. Mas, os estatísticos de profissão se colocam essas questões: o que é um número? Como ele foi construído? O que significa ele? Por exemplo, eu posso dizer que a taxa de desemprego no Brasil não é muito elevada, sem me interrogar sobre o que é o desemprego em um país onde não existe auxílio desemprego para muitos trabalhadores, e mais particularmente para aqueles que não são ou são muito pouco qualificados? Com efeito, os mais pobres não podem ser desempregados, eles se encontram no setor informal, eles fazem qualquer coisa, eles têm apenas atividades de sobrevivência, mesmo se recebem hoje a bolsa família. No Brasil, os desempregados são principalmente técnicos e técnicos de nível superior, pois são eles que são capazes de poder ficar sem emprego durante alguns meses. Não se interrogar sobre esses números, sobre sua construção, sobre seu significado, os considerar como dados neutros, com o mesmo sentido qual seja o país, conduz a profundos erros de interpretação. Muitas vezes, os economistas não mais se colocam questões de fundo, ou muito pouco, sobre a metodologia, os conceitos, o que é um conceito, como construí-lo. A economia se tornou uma caixa de instrumentos. Observem principalmente como são tratados os períodos. Logicamente, os regimes de crescimento puxados pela expansão das rendas das camadas sociais médias, passam a ser puxados pelas exportações, ou então graças a uma intervenção substancial do Estado, ou ainda pela expansão da renda das camadas sociais de rendimentos mais modestos. Nem todos os países apresentam o mesmo regime de crescimento no mesmo momento ou em períodos distintos, essa é uma questão possível de ser tratada econometricamente. Mas a maior parte do tempo, misturam-se cinquenta países em um período longo do tempo, cada país diferenciando mais ou menos dos outros no plano do regime de crescimento – e cada um passa por um ou dois regimes de crescimento diferentes no mesmo período – mesmo assim procura-se saber se o livre câmbio favorece o crescimento por exemplo. A potência das máquinas permite facilidades que custam caro. Para se ter boas questões, deve-se inicialmente distinguir os regimes e, em seguida, em se tratando da influência das exportações sobre o crescimento, se interessar pela natureza dos produtos

exportados⁶, bem como suas formas dessa expansão⁷; a partir daí, pode-se analisar a influência das exportações sobre o crescimento e do crescimento sobre as exportações. Não obstante, é o inverso que se observa na maior parte dos artigos ou dos textos. Apesar do enriquecimento da informática, permitindo pensar de maneira diferente e inovar, simplifica-se demasiadamente e, por trás do abuso dos testes, se perfilam «velhas banalidades» como supostos efeitos positivos do livre câmbio. A economia se coloca cada vez mais a serviço dos dogmas. Minhas observações sobre o livre câmbio poderiam ser aplicadas a inúmeros outros exemplos, como a relação «mais mercado-mais crescimento-menos pobreza». É preciso ter desastres como na Argentina ou mesmo mobilizações como em Seattle, para que as instituições internacionais sejam obrigadas a avaliar e ver as nuances de suas atitudes passadas.

3 Um grupo de pesquisa inovador em suas relações com o «main stream»

Inicialmente éramos poucos a travar uma batalha teórica sobre os problemas do desenvolvimento na América Latina, mas agrupamos nossas forças. Eu fundei com alguns amigos o Grupo de Pesquisa sobre o Estado, a Internalização das Técnicas e o Desenvolvimento (GREITD). O GREITD foi, desde o início, um grupo de pesquisa pluridisciplinar, usando da polêmica em seu próprio seio com vivacidade e inteligência. Esse grupo rapidamente atraiu muitos intelectuais e constituíram uma estrutura de acolhimento para muitos latino-americanos, doutorandos em Paris. Foi assim que pouco a pouco se reforçou nossa rede na América Latina, e muito rapidamente foram organizados, na França mas também na Colômbia, no Brasil, no México e na Argentina, colóquios internacionais sobre temas da atualidade, como por exemplo, as políticas de ajustamentos estruturais. Eu dirigi esse grupo por mais de dez anos, inicialmente sozinho e depois auxiliado por um secretariado, tendo Bruno Lautier me sucedido em seguida. O grupo se transformou progressivamente, a América Latina deixou de constituir o tema único de nossas pesquisas, a necessidade de reconhecimento acadêmico se fazia sentir, principalmente pelos jovens doutorandos franceses também membros do grupo. Animados por uma abordagem um tanto militante, mas também muito científica, praticando a multidisciplinaridade e procurando a realidade, quantas vezes estávamos «na frente» de contingentes de economistas das instituições internacionais? Éramos, como pequenos soldados, levados pelos problemas do Terceiro Mundo para tomar de assalto os exércitos de economistas do «*main stream*». Pequenos soldados heterodoxos face aos grandes exércitos ortodoxos, nós criticávamos suas formas de raciocínio e propúnhamos análises alternativas.

⁶ A expansão dos produtos manufaturados simples não tem o mesmo efeito que o aumento da potencialidade dos produtos mais sofisticados.

⁷ Trata-se de fábricas de montagem ou, ao contrário, existe uma impulsão por parte do Estado, uma política industrial para estimular uma integração a montante e a jusante?

Seria um erro considerar que essas instituições não trazem nada cientificamente além de ideologia. A leitura de suas produções é útil, não apenas no plano da informação e do tratamento dos dados, mas também das análises. Essa leitura é também útil porque ela inspira, com maior ou menor força, muitos países do Terceiro Mundo. Portanto, há muito a aprender a partir de seus trabalhos e a pior das atitudes seria rejeitar o conjunto de sua produção, com o pretexto de que ele é marcado pelo selo do «*main stream*». Essa não é minha atitude, mas, paradoxalmente, eu poderia me queixar pelo fato de dedicar muito tempo a visitas de seus sites e a ler seus trabalhos, em lugar de dedicar mais de meu tempo a ler e reler autores que muito me marcaram e me formaram, como os cambridgianos, os cepalinos, os marxistas e os pós-keynesianos. Para seguir o ritmo de suas produções, não dedicamos pouco tempo a suas metodologias! Seria um erro ignorá-los, não apenas em razão de suas contribuições, mas também porque se queremos criticá-los, devemos analisar os resultados de suas políticas governamentais, com efeitos nefastos para a maior parte da população. Melhor conhecê-los. Evidentemente, temos o direito de colocar a questão: por que pessoas inteligentes chegam a falar truísmos e sofismas e a construir raciocínios fracos apesar das aparências científicas, pelo uso e abuso de modelos sofisticados? A economia é uma ciência flexível. Os economistas dessas instituições, diferentemente de muitos intelectuais, defendem seus rendimentos, muitas vezes mais elevados que os dos acadêmicos. A primeira coisa que muitos deles pensam quando obtêm um contrato, é obter logo em seguida um outro contrato. Eles devem, portanto, adivinhar «o que pensa o Príncipe», o que lhe convém, o que justifica ou legitima a política que ele conduz. Eles devem fornecer elementos de análise para que o homem político possa afirmar que não há «outro caminho possível». Eles participam assim dessa burocratização do pensamento. Eles produzem o pensamento único e, quando esse pensamento é ameaçado por críticas externas, cuja força vem muitas vezes dos efeitos sociais desastrosos das políticas em questão e das mobilizações que esses efeitos suscitam, eles devem legitimar novamente a argumentação, mudar de direção ou mesmo mudar de posição, mas tentando mostrar que eles não a mudaram. Certamente é preciso colocar uma nuance, pois isso não diz respeito a todos os economistas, longe disso. Existem gradações no pensamento único, nuances desenvolvidas por uns e rejeitadas por outros, mas a maior parte do tempo essas discussões se mantêm em certos limites. Da mesma forma, deve-se colocar uma nuance entre o cínico, que sabe que vende sua alma, e aquele que, ainda que sincero, está «alienado», pelo aprendizado adquirido nas universidades mais ortodoxas dos Estados Unidos.

A discussão sobre os efeitos de uma mudança da distribuição de rendimentos para reduzir a pobreza e relançar o crescimento mostra bem o que queremos dizer. Ontem, as instituições internacionais, Banco Mundial na frente, militavam contra esse tipo de políticas, as qualificando de populistas, destacando que «o inferno está pavimentado de boas intenções» e que querer aliviar a pobreza dessa maneira apenas a agravaria. Eu me lembro de um Dornbush (Dornbush e Edwards, 1991) escrevendo esse tipo de banalidade com arrogância, mas, felizmente, eu me lembro também de um Hirschman demonstrando exatamente o contrário, é verdade que Hirschman não trabalhava para

essas instituições... Dizia-se «*growth is good for the poor*». Mas o crescimento não resulta unicamente do liberalismo. Menos desigualdade pode também contribuir para mais crescimento e principalmente para menos pobreza. Hoje, diante de uma parte dos malfeitos dessas políticas e da dificuldade de aliviar a pobreza em muitos países, e, de outra parte, a sensibilização, a mobilização diante de tanto cinismo e a esperança que uma outra maneira de pensar a globalização é possível, enfim se admite que uma melhor distribuição dos rendimentos pode contribuir para alcançar o objetivo de aliviar a pobreza... que autocrítica, ponto!

4 Sobrevôo de meus temas de pesquisa

a Os regimes de crescimento «excludentes»

Teoria e empirismo, uma alimenta e, por sua vez, questiona o outro. Foi assim que pude evitar o lado um pouco mecânico das teses estagnacionistas, insistindo no aspecto evolutivo das contradições produzidas por esta tendência. A abordagem de K. Marx em relação às crises me foi muito útil. Eu pude teorizar a respeito da emergência de um «regime de crescimento excludente» que repousa na expansão das camadas sociais médias, como saída para a crise do regime de crescimento anterior. Eu lembro de ter nomeado esse regime de crescimento como da «terceira demanda», aquela das camadas médias, o termo teve certo sucesso na época. Eu tinha sobretudo mostrado que sua expansão passava pela instauração de regimes políticos com legitimidade restrita, isto é, ditaduras que podiam impor uma repressão salarial aos trabalhadores. Na época, os trabalhadores, diferentemente dos quadros, e, de uma maneira geral, as camadas médias apenas constituíam um custo e não uma demanda, para as indústrias potencialmente dinâmicas de bens de consumo duráveis, levando em conta as profundas desigualdades de renda – isso favorecia a expansão dessas camadas médias de maneira significativa. Desde então, a oferta de bens de consumo duráveis podia ser suficientemente valorizada, em razão da redução dos salários e, ao mesmo tempo, do aumento da demanda por esses produtos das camadas médias. A expansão desse setor alimentava a consolidação das camadas médias na formação social. Eu me inspirava na análise dos trabalhadores indiretamente produtivos e na abordagem em termos de ciclo do capital produtivo, de K. Marx no livro II de O Capital.

b O Estado na América Latina

Com Gilberto Matias, pesquisamos as causas da amplitude e da especificidade da intervenção do Estado nas economias semi-industrializadas. Nesse momento nos referíamos aos trabalhos de certas correntes marxistas da Escola de Frankfurt chamada da «derivação» (Salama e Mathias, 1984). O Estado, abstração real, é deduzido da cadeia lógica das categorias marxistas: mercadoria-valor-dinheiro-capital. Em outras palavras, segundo essa abordagem, a categoria capital, por exemplo, não

pode ser compreendida sem a categoria que a segue, da mesma forma o Estado capitalista é abordado em se referindo às categorias que o precede. Enfim, tal como o preço é a forma de existência do valor, o regime político é a forma de manifestação do Estado. Nossa contribuição foi a de aplicar essa abordagem ao contexto latino-americano. Em lugar de «deduzir» a natureza de classe do Estado na América Latina da categoria capital que não existia, exatamente porque a hipótese de Marx da generalização das mercadorias não podia ser retida quando se queria analisar a gênese do subdesenvolvimento, nós procuramos deduzir a inserção de suas economias na «economia mundial constituída» tal como ela emergiu no final do século XIX. Essa abordagem nos permitiu explicar porque o Estado podia favorecer o desenvolvimento de relações mercantis e capitalistas, quando a luta de classes que ele representava somente existia de maneira muito fraca. Assim, sem recorrer à conceituação de capitalismo de Estado, um pouco em voga na época, podíamos compreender que o Estado poderia criar a classe que ele deveria representar. Podíamos também definir certas leis, tanto no nível da abstração do Estado quanto no nível de sua forma de existência, logo do regime político. Podíamos então mostrar que os limites da intervenção do Estado, indo além da oposição virtual entre sua função de acumulação e sua função de legitimação, tal como tinha desenvolvido James O'Connor (1973). A inspiração, desta vez, vinha da leitura aprofundada de *Raison et légitimité* de Jurgen Habermas (1978) e de *1905* de Léon Trotski (1969). Mas, como já sublinhei, minha pesquisa se alimentava dessa abordagem metodológica e, ao mesmo tempo, a interrogava, colocando em questão certos conceitos. Essa pesquisa sobre o Estado foi, para mim, muito difícil e eu apenas lamento de uma coisa, foi de ter me afastado dessa abordagem até recentemente por diversas razões:

- o marxismo estava cada vez menos na moda e os conceitos que eu utilizava eram cada vez menos compreendidos, o que dava certa impressão de não me fazer entender, pelo menos na França;
- certos aspectos funcionalistas de minha abordagem, que eu não conseguia ultrapassar, me eram cobrados;
- uma dificuldade de preencher a lacuna entre o que era do domínio da dedução («derivação» dizia-se) lógica e o era do domínio da História real.

Eu retomei essa pesquisa, timidamente é verdade, em meu último livro, *Le défi des inégalités* (Salama, 2007). Tratava-se, evitando o recurso de conceitos que podem parecer confusos, de compreender os limites de um Estado mínimo, favorecendo a expansão da financeirização e estruturando suas dependências, ao mesmo tempo, nos serviços da dívida interna, em uma alta ainda tímida mas real dos gastos sociais, e em um quase-desaparecimento de sua intervenção direta no econômico.

c Riqueza e pobreza

Esses últimos anos, eu tenho trabalhado mais particularmente sobre os efeitos da expansão das finanças sobre o crescimento, a distribuição de renda e a pobreza a partir de uma análise comparativa,

não apenas entre economias latino-americanas, mas principalmente entre essas economias e as economias asiáticas. Essas últimas vivem diferentemente a globalização comercial e a mundialização financeira. O que me interessa é compreender o por que. Dessa forma, procuro colocar a nu os mecanismos econômicos que conduzem as economias latino-americanas a ter uma baixa taxa de crescimento. Um baixo crescimento se traduz em uma probabilidade muito fraca de aumentar a mobilidade social, logo se traduz também em maiores dificuldades para diminuir de maneira significativa a pobreza. Minha abordagem da pobreza não é independente de uma pesquisa sobre as causas do enriquecimento de uma fração muito pequena da população. Eu tento, portanto, andar com as duas pernas ao analisar riqueza e pobreza em suas relações íntimas. Isso infelizmente não é freqüente entre os economistas, com exceção de alguns como Márcio Pochmann no Brasil. A maior parte dos economistas analisa a pobreza independentemente da formação da riqueza. Mais precisamente, eles consideram a distribuição pessoal da renda do trabalho, mas dificilmente consideram o conjunto dos rendimentos, dentre os quais aqueles de origem financeira, logo, em certa medida, aqueles que se originam da riqueza. Esta distribuição de rendimentos e sua evolução para mais ou menos desigualdades, juntamente com a taxa de crescimento, constituem algumas causas da evolução da pobreza. Dessa forma, seus trabalhos não analisam a formação da riqueza em suas relações com a pobreza. Eles apenas observam que mais desigualdades é um fator agravante da pobreza. Múltiplos cenários combinam taxa de crescimento e redução das desigualdades a fim de reduzir a pobreza em dez anos em um dado montante. Isso é um progresso. Pois se admite enfim que tocar nas desigualdades pode ser favorável a uma redução da pobreza, enquanto que antes as organizações internacionais mobilizavam seus funcionários para demonstrar que não se devia «tirar a roupa de Pedro para vestir Paulo», que bulir na distribuição provocaria efeitos perversos, e que, enfim, uma tal política não poderia ser defendida porque ela era a manifestação de um populismo condenável. Agora sim, há progresso, não estamos mais condenados aos gemidos do inferno quando evocamos a necessidade de reduzir as desigualdades. Mas a formação da riqueza continua sem ser analisada em sua relação com a pobreza: uma riqueza muito concentrada é um freio ao abrandamento da pobreza e um crescimento mais sustentado é então necessário, isso basta.

As desigualdades sociais não são comparáveis na Ásia com aquelas existentes na América Latina, ainda que na China essas desigualdades tenham aumentado, passando de um índice de Gini de 0,28 no início dos anos 1980 a 0,45 em 2002. O primeiro índice é muito baixo, o segundo já é elevado. Nos países europeus esse índice se situa entre 0,32 e 0,35. Nos Estados Unidos em 0,37 e no Brasil em torno de 0,60 com leve tendência à baixa. O Brasil é, com a África do Sul, um dos países mais desiguais do mundo, quais sejam os indicadores utilizados. Há vinte anos, qualificava-se «de *apartheid* social» o processo de exclusão brasileiro. O que me interessa, portanto, é explicar a evolução das desigualdades, como elas condicionam o crescimento e o produzem. Para compreender esses mecanismos, não se pode se limitar a um indicador como o de Gini: esse indicador revela uma leve redução das desigualdades no Brasil nesses últimos anos, enquanto que de fato emerge uma

bipolarização dos rendimentos. Mais precisamente, se observa uma deformação da curva de Lorentz: 2 a 3 % das camadas sociais mais ricas estão mais ricos do que o foram no passado, graças à expansão dos ganhos permitidos pelo crescente peso das finanças; por outro lado, 30% da população, os mais pobres, tiveram uma leve melhora em sua situação em termos absolutos e relativos, isso em parte se deve à política de assistência observada na maior parte dos grandes países da América Latina. As camadas médias, mais particularmente dois terços delas, tiveram uma deterioração relativa, às vezes absoluta, de suas rendas. A estabilidade, talvez um leve declínio, de um indicador como o de Gini pode esconder movimentos profundos, os quais é preciso analisar, pois eles estão na origem de uma incapacidade desses países conseguirem, por um longo período, uma taxa elevada de crescimento, logo uma forte mobilidade social. Essas evoluções da formação social são importantes hoje na América Latina. Elas são uma caricatura daquilo que se observa nos Estados Unidos e na Europa. Elas lembram, como sublinha Krugman, a sociedade analisada por Scott Fitzgerald nos Estados Unidos no início do século XX, quando ele descrevia o modo de vida dos 2% a 3% mais ricos da população e o fraco peso das camadas médias. Parece-me que somente podemos compreender essas profundas evoluções se levarmos em conta o peso crescente das finanças. Esse peso provoca efeitos indiretos sobre a amplitude absoluta e relativa dos lucros industriais e, ao mesmo tempo, sobre os modos de gestão da força de trabalho. Com efeito, nos anos 1990, as finanças tomaram uma nova forma na América Latina: diminui a parte dos salários no valor agregado das empresas não-financeiras. A parte dos impostos aumenta levemente no Brasil, e a parte dos lucros cresce. Os lucros servem para pagar os dividendos, para financiar o serviço da dívida dessas empresas e, enfim, para fornecer os fundos necessários ao autofinanciamento. Os dois primeiros destinos constituem os lucros financeiros; o último constitui o lucro industrial. O que acontece com o peso crescente das finanças? Tendo aumentado fortemente a parte dos lucros financeiros, os lucros industriais, procurando se manter em termos relativos no valor agregado, somente podem aumentar em detrimento da parte dos salários. Desde então, estamos na presença de restrições muito fortes, de especificidades que não necessariamente se observa na Ásia:

- os salários se descolam da evolução da produtividade;
- a melhoria da produtividade é obtida, principalmente, graças a modos diferentes de gestão do trabalho e, em parte, por meio de equipamentos modernos;
- a precariedade e a flexibilidade aumentam;
- a parte dos lucros industriais fica muito pequena para financiar um forte crescimento;
- o recurso ao crédito é muito oneroso, diferentemente do que se observa nos países asiáticos, e o crédito serve sobretudo para financiar os salários, os *inputs*; em resumo, o capital circulante e um pouco o capital fixo.

Entretanto, é preciso cuidado para não se ter uma abordagem unilateral dos efeitos das finanças e não ver apenas os aspectos negativos, mesmo se eles pareçam predominar na América Latina. Nós temos assinalado que na Ásia as finanças, igualmente submetidas à globalização

financeira, ajudam o crescimento. Por razões diferentes, podemos acrescentar que nos Estados Unidos elas não constituíram um obstáculo proibitivo. Como Janus, as finanças têm duas faces: um lado virtuoso quando facilita a acumulação e um lado parasitário quando se faz em detrimento dessa mesma acumulação. Essas duas faces coexistem, uma dominando a outra e *vice-versa* a depender do período e do ambiente macroeconômico (distribuição da renda, formas de inserção na economia mundo, relações com as economias desenvolvidas e com os mercados financeiros internacionais). No Brasil, a face parasitária de Janus é mais forte que a face virtuosa. Os bancos preferem então financiar os títulos, muito lucrativos, da dívida pública interna e o Estado produz sua própria dívida interna graças às fabulosas taxas de juros reais que paga. O serviço da dívida do Estado assume assim o primeiro posto do orçamento. As empresas investem sobretudo fazendo apelo a seus próprios fundos, elas pouco recorrem ao crédito, muito caro, com exceção das maiores, que têm acesso aos mercados financeiros internacionais. Com exceção das pequenas empresas, elas obtêm às vezes créditos subsidiados concedidos pelos bancos *via* Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸ principalmente quando eles investem em certos setores alvo (agricultura de exportação, por exemplo). As empresas tomam empréstimos sobretudo para financiar a compra de seus *inputs* e o pagamento dos salários, mas isso custa muito caro e corta cada vez mais a parte dos lucros destinada ao reinvestimento. A financeirização age, portanto, de duas maneiras: a primeira, mais conhecida, consiste em preferir a compra de ativos financeiros, mais lucrativos, que os investimentos no setor produtivo; a segunda, menos conhecida, traduz a pressão crescente do financeiro sobre os lucros das empresas não-financeiras (encargos de suas dívidas, pagamento dos dividendos etc.) em detrimento dos lucros que servirão para o autofinanciamento. A taxa de investimento fica então baixa, não porque a valorização do capital industrial é fraca, mas porque ela está muitas vezes abaixo do que pagam os investimentos em portfólios e, sobretudo, porque «o apetite das finanças» acontece em detrimento das possibilidades de financiamento. Decorre daí uma real dificuldade para se alcançar uma taxa de crescimento sustentada e regular, por um longo período. Isso deve acontecer enquanto:

- as finanças não forem fortemente «reguladas» graças a uma nova «eutanásia dos rentistas», como dizia Keynes;
- o Estado continue a praticar uma política de ausência industrial e a recusar «manipular» as taxas de câmbio e de juros com o objetivo de favorecer o crescimento;
- e enquanto não houver uma redistribuição de rendimento pela via fiscal.

Os poucos países que conseguiram obter altas taxas de crescimento, como, por exemplo, a Argentina há alguns anos, são interessantes para análise. Pode-se pensar, mas isso ainda é uma hipótese de trabalho, que a crise profunda que esse país enfrentou, cujo custo social foi extremamente elevado, permitiu ressituar as finanças em a marginalizando relativamente e em a recriando, graças à forte desvalorização e à manutenção da taxa de câmbio em nível pouco apreciado, novos espaços de

⁸ Banco do Estado que financia projetos econômicos.

valorização do capital. Esses espaços engendram um círculo virtuoso graças aos empregos criados e à alta consecutiva da demanda efetiva.

Enfim meu hobby: a análise econômica da droga e da violência

Sem abandonar o tema de pesquisa centrado na pobreza, na riqueza e no crescimento, todos os três ou quatro anos eu retorno a um «*hobby*»: o estudo da droga e da violência nas economias emergentes, *hobby* que eu abandono quando tropeço em dificuldades que me parecem intransponíveis; depois essas dificuldades me aparecem sob um outro ângulo e eu retomo minhas pesquisas. Michel Schirray, Jean Cartier Bresson e eu mesmo temos assim publicado vários números e relatórios sobre a droga, mas também sobre a violência, na *Revue Tiers Monde*. A violência está ligada ao tráfico da droga. Muito naturalmente, portanto, eu passei de um a outro tema. Mas não se pode compreender esta violência, e sobretudo sua explosão, sem que a inscrevamos na sua história. O Estado, consideravelmente enfraquecido pela crise dos anos 1980, preso na restrição neoliberal dos anos 1990, reduz suas funções (transporte, educação, saúde etc.) e deixa o mercado produzir novas desigualdades. Já falamos disso. Uma educação insuficiente, uma urbanização descontrolada (transportes e habitações insuficientes), um aumento das ocupações informais, uma desigualdade acentuada entre diferentes camadas sociais da população, mas também entre os pobres, pode conduzir a uma expansão de atividades informais de estrita sobrevivência e, mais amplamente, a expansão de atividades criminais ligadas muitas vezes ao tráfico da droga. Isso contribui para o aumento do número de homicídios. Assim, de uma maneira mais geral, o Estado controla menos a Nação e o território torna-se poroso, ao reduzir seu papel em benefício do mercado. E em seus bolsões – bairros das cidades e regiões do campo –, guerrilhas em certos países, máfias em outros e em certos bairros, ligados muitas vezes ao tráfico de drogas, aos jogos proibidos, senão seqüestros, exercem então um poder *de facto* e deixa a porta aberta ao desencadeamento da violência. A violência torna-se então a única maneira de regular os conflitos e também o meio privilegiado de adquirir rendas, isto é, de enriquecer quando falta o trabalho ou este é menos protegido. Poderes paralelos se desenvolvem assim, ligados muitas vezes ao tráfico de drogas e aos jogos proibidos. Esses poderes são geradores de violência extrema, porque não são *de jure* mas *de facto*.

Eu creio que o que se passa no Terceiro Mundo hoje nos abre canteiros gigantescos. Esta é uma oportunidade para o pesquisador, embora seja muito menos para aqueles que vivem dessas perturbações. Mas, para compreender o mundo, não é também preciso mudá-lo?

Bibliografia

- Dornbush, R ; Edward, S. (dir.). *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. University of Chicago Press, 1991.
- Habermas, J. (1978). *Raison et légitimité*. Paris: Payot, 1978.
- Hirschman, A.O. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*. Paris: Fayard, 1991.
- Furtado, C. *Développement et sous développement*. Paris: PUF, publicações do ISMEA, 1966.
- Marx, K. *Le Capital*. Paris: Éditions Sociales.
- O'Connor, J. *The Fiscal Crisis of the State*. St Martin Press, 1973.
- Robinson, J. *The Accumulation of Capital*. Éditions Mac Millan, 1966.
- Salama, P; Valier, J. *Une introduction à l'économie politique*. Paris: F. Maspéro, 1973. Traduzido em espanhol (Era et Fontamara), em português (Livros Horizonte e Civilização Brasileira), em italiano (Jaca Book), em persa, em turco e em grego.
- Salama, P; Mathias, G. *L'État surdéveloppé, des métropoles au Tiers Monde*. Paris: La Découverte-Maspéro, 1984. Traduzido em português (Ed. Brasiliense) e em espanhol (Ed. Era).
- Salama, P. *Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique latine/Asie*. Paris: La Découverte, 2007.
- Trotsky, L. *1905: Bilan et perspectives*. Paris: Editions de Minuit, (1969).